

COMPREENSÃO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: ANÁLISE DA PNA

Data de submissão: 09/08/2023

Data de aceite: 02/10/2023

Alice Pereira da Silva

Universidade Federal de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<https://lattes.cnpq.br/2953093864343144>

Marta Maria Minervino dos Santos

Universidade Federal de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/1434293895465294>

da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e os fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). Concluímos que a imposição de um método para alfabetizar é ineficaz e, consideramos, a alfabetização como fundamento para uma vida social ativa e crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização, método, PNA.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a Política Nacional de Alfabetização (2019) e suas considerações sobre a alfabetização no Brasil. Buscamos compreender a constituição da alfabetização no país a partir de recortes de Períodos Históricos do Brasil, que consideramos fundamentais para o entendimento de como a alfabetização é compreendida e como as antigas práticas ainda são trazidas ao contexto contemporâneo como “novidade”. Entender e relacionar antigos e novos métodos é essencial para não caminhar ao fracasso nesse processo importante para os sujeitos: a alfabetização. Compreendemos a necessidade de analisar a PNA, fazendo análise das antigas práticas de alfabetização. Recorremos aos conceitos de Soares, assim como as considerações

UNDERSTANDING LITERACY IN BRAZIL: ANALYSIS OF THE PNA

ABSTRACT: This work aims to analyze the National Literacy Policy (2019) and its considerations on literacy in Brazil. We seek to understand the constitution of literacy in the country from historical periods in Brazil, which we consider fundamental for understanding how literacy is understood and how old practices are still brought to the contemporary context as “novelty”. Understanding and relating old and new methods is essential to avoid failure in this important process for the subjects: literacy. We understand the need to analyze the PNA, analyzing old literacy practices. We resorted to Soares’ concepts, as well as the considerations of the National Common Curricular Base (BNCC, 2017) and the

foundations of the National Curricular Parameters (1997). We conclude that the imposition of a literacy method is ineffective and we consider literacy as the foundation for an active and critical social life.

KEYWORDS: Literacy, method, PNA.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de estudos realizados no Projeto de Pesquisa intitulado Análise da Política Nacional de Alfabetização: Caminhos e descaminho da alfabetização no Brasil, no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC). E tem como objetivo analisar a Política Nacional de Alfabetização (2019) e suas considerações sobre a alfabetização no Brasil. Buscamos compreender a composição da alfabetização no país a partir de recortes de Períodos Históricos do Brasil, que consideramos fundamentais para o entendimento de como a alfabetização é compreendida e como as antigas práticas ainda são trazidas ao contexto contemporâneo como “novidade”. É fundamental a compreensão das questões relativas à alfabetização no Brasil, pois há muitas discussões e pesquisas em torno da sua contribuição para a aprendizagem da leitura e escrita, além disso, a forma que cada país compreende a alfabetização revela em suas políticas o objetivo que almeja.

A alfabetização é um tema que sempre está em discussão e esse processo pode gerar progressos ou retrocessos na sociedade. E, além do mais, a imposição de um método pode levar a alfabetização ao retrocesso. A execução deste trabalho é desenvolvida com base nas orientações que direcionam a Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019. Desse modo, o desafio desta pesquisa será compreender a proeminência do método de alfabetização (fônico) em detrimento da perspectiva do letramento, resgatando a relação entre as antigas práticas e as consideradas atualmente “eficazes”.

Em linhas gerais, através dessa investigação, defendemos que a imposição de um método é ineficaz. Desse modo, entender a proposta de alfabetização é fundamental para conseguir compreender os objetivos da política proposta, que não é neutra, mas revela um objetivo, que nem sempre leva em consideração o desenvolvimento real do estudante e as possíveis consequências no ensino e aprendizagem ao longo da vida. A alfabetização é essencial para a vida social, por isso, tratamos neste trabalho desse processo que pode gerar caminhos e descaminhos na vida do sujeito.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal de Alagoas, campus – Arapiraca, e teve como foco de investigação a Política Pública a respeito da Alfabetização no Brasil, socializada pelo documento: Política Nacional de Alfabetização (PNA/2019). Para seu desenvolvimento a proposta foi analisar o documento observando os caminhos

que a alfabetização deverá seguir a partir das orientações da PNA. Como instrumento foram utilizados procedimentos da análise documental para compreender a PNA, suas considerações sobre a alfabetização e consequências no país, assim, esta etapa da pesquisa se caracterizou como qualitativa. Para a coleta de dados foram analisados os seguintes documentos: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), para identificar os caminhos que esses documentos orientam para educação no Brasil, para assim compreender a Política Nacional de Alfabetização. E, além disso, recorreremos também às orientações de Soares (2020), que propõe para o contexto educacional a alfabetização e o letramento.

3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A alfabetização no Brasil é um tema complexo e repleto de desafios, centraliza-se nas disputas de métodos, majoritariamente em imposições. Os métodos de alfabetização, considerados eficazes, são modificados ao logo dos Períodos Históricos. Contudo, é possível relacionar a tendência mecanicista da alfabetização no Período Colonial, até o seu resgate, contido nas entrelinhas da Política Nacional de Alfabetização PNA (2019), imposta pelo Ministério da Educação (MEC), na Nova República. Reduzir a alfabetização em codificar e decodificar dificulta o entendimento do que é lido, o que aparenta ser um objetivo do Estado, que de forma sorrateira, tenta reduzir o entendimento de mundo que a leitura e a escrita permitem aos indivíduos. São inúmeras tentativas de retirar dos sujeitos a oportunidade de inserir-se, de fato, na sociedade letrada, de participar das oportunidades de engajamento social que a alfabetização e o letramento permitem.

Nos primórdios da educação no Brasil, ainda no Período Colonial, é possível perceber a ênfase na repetição e memorização, um ensino mecanizado, como um caminho para alfabetizar os indivíduos, o que nem sempre representa autonomia e reflexão no processo de alfabetização, principalmente nesse período, marcado por imposições portuguesas. A alfabetização, no Período Colonial, alternava entre os métodos sintético e analítico. E, além disso, o processo de alfabetização aparentava estar mais restrito a uma atividade mecânica e com menos competência técnica do que era lido e escrito (COSTA; SANTOS, p. 67, 2021).

À medida que o tempo avança e modificam-se as relações sociais, a sociedade exige métodos de alfabetização que atendam às necessidades dos sujeitos e assim contribuam para um processo de ensino e aprendizagem contínuo. É necessário que as políticas de alfabetização atendam necessidades reais. No contexto da Nova República, os conceitos desenvolvidos por estudiosos brasileiros como Magda Soares, entre outros autores, são ignorados quando a PNA é desenvolvida, a qual conceitua que a alfabetização é o “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético” (BRASIL, 2019, p. 18). Entre as habilidades de leitura e escrita propostas pelo documento, as enfatizadas são:

decodificar e codificar.

A alfabetização é uma prática humana, a qual, quando reduzida a codificar e decodificar, perde seu amplo significado e interfere na condição de alfabetizado, no desenvolvimento humano. É um processo que vai além disso, até os “simples” atos são considerados. A PNA traz uma sistematização contraditória aos avanços sobre alfabetização, com práticas de leitura e escrita realizadas de modo distante do letramento, assim, “a compreensão de textos, por sua vez, consiste num ato diverso da leitura. É objetivo final, que depende primeiro da aprendizagem da decodificação e, posteriormente, da identificação automática de palavras e da fluência em leitura oral” (BRASIL, 2019, p.19).

É importante ressaltar que alfabetizar um indivíduo sem que este saiba o significado do que é escrito e lido assemelha-se a uma prática mecânica sem significado, o que nos faz referência ao Período colonial. É necessário salientar que no processo de alfabetização, “mesmo quando a criança ouve a leitura em voz alta de um texto, de uma história, ainda que ela veja que o que está sendo lido são sequências de letras, ela presta atenção no significado das palavras, não na cadeia sonora que corresponde a esse significado” (SOARES, 2020, p. 77). É perceptível a importância da leitura, escrita, significado e do alfastrar (texto com eixo central da alfabetização e letramento). De acordo ainda com Soares (Op. cit. p.27), alfabetização e letramento são processos distintos, mas quando os sujeitos são inseridos em atividades que englobam os dois processos, a criança aprende a ler, escrever e produzir textos reais e simultaneamente é inserida nas práticas sociais da escrita.

Não tratamos da alfabetização em busca de defender um método específico, ou desmerecer a importância do método fônico, mas sabemos, através da literatura, especialmente brasileira, que apenas um método de alfabetização não é eficaz. Nesse caso, podemos comprovar a partir do PIBIC que o método fônico analisado a partir das variações linguísticas se apresenta limitado para concluir o processo de alfabetização.

O conhecimento nem sempre é adquirido por todos com apenas um método, quando as particularidades dos indivíduos são colocadas em pauta, é possível compreender que os indivíduos possuem múltiplas formas de aprender e, a PNA, vai de encontro a isso quando impõe a prática do método fônico com dois componentes integrantes do artigo 3º, inciso IV, no que se refere ao “ensino de seis componentes essenciais para alfabetização: a) consciência fonêmica; b) instrução fônica sistemática [...]” (BRASIL, 2019, p. 51).

Os componentes trazidos na PNA expressam o método imposto, voltamos à disputa dos métodos, e as descontinuidades educacionais, não há muita distância entre os objetivos do Período Colonial e a nova República. A mecanização do processo de leitura e escrita tenta apagar os avanços científicos conquistados em mais de quarenta anos de estudos brasileiros no campo da alfabetização, gerando, assim retrocessos.

O objetivo do Estado, de acordo com os fatos históricos, contribui com maior atraso no processo de aprendizagem da leitura e escrita (alfabetização), a cada proposta de

avanço educacional, o Ministério de Educação lançou mais uma tentativa de “organização” no avanço desse aprendizado. Contudo, mais diante desse percurso, ficou evidente que seu interesse demonstra um retorno significativo a mecanização da alfabetização, e isso interfere na condição de desenvolvimento e gera consequências como a marginalização diante da sociedade alfabetizada e letrada.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais expressam em seus princípios e fundamentos que “o ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira” (BRASIL, 1997, p. 27). Consideramos, portanto, que a PNA vai de encontro a isso.

Assim, também podemos trazer esses princípios dos PCNs ao contexto atual brasileiro, contudo, a realidade vai de encontro ao princípio proposto. A PNA traz ao contexto brasileiro a alfabetização baseada em “evidências científicas”, desmerecendo a produção de conhecimento brasileiro, como se nele elas não existissem, como se o fracasso da alfabetização no Brasil fosse apenas consequência de métodos de alfabetização. E assim, traz a prática da alfabetização baseada em evidências científicas, testadas em países com realidades sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais diferentes do Brasil. Desconsiderando as evidências científicas locais, produzidas por professores que sabem e vivenciam a realidade da educação brasileira, e buscam ativamente a produção de conhecimento que leva em consideração o local real dos sujeitos e buscam sua formação crítica.

A Política Nacional de Alfabetização, não aprofunda em seu documento a questão da escrita. Uma prática que caracteriza a sociedade deveria ter mais ênfase nas políticas que em seus discursos pregam a valorização da alfabetização. Em alguns recortes, o documento traz a escrita como um resultado mecânico limitado. Não traz a riqueza que o processo de aquisição da escrita engloba como as possibilidades de relações com os textos de modo ativo e menos programado, percebemos uma escrita com finalidade sem horizonte.

A escrita consciente insere o sujeito na prática letrada e, a partir dessa prática humana, as relações sociais são ampliadas e ressignificadas, mas a escrita não deve ser feita de modo mecânico e sem reflexão. Ela deve ser compreendida pelos indivíduos que fazem seu uso. O uso alienado da escrita prejudica a aprendizagem dos discentes, e isso gera consequência que podem perdurar ao longo de toda vida.

A Base Nacional Comum Curricular (2017, p.89), afirma a respeito do eixo Produção de Texto, que o letramento é ampliado a partir de estratégias de produção de diferentes gêneros textuais. Escrever e estar imerso em contextos de diferentes gêneros textuais auxiliam a escrita. Na contemporaneidade não basta ser alfabetizado, é preciso ser letrado.

Portanto, é necessário que a alfabetização esteja unida ao letramento, onde os estudantes devem estar em contato com os diferentes gêneros textuais, que possuem

funções fundamentais para a vivência em sociedade e para que o direito de participar da sociedade grafocêntrica seja distribuído. Ao colocar o método fônico como componente essencial no processo de alfabetização a PNA desconsidera a necessidade de mediar o processo de alfabetização a partir de diferentes métodos, além de não enfatizar a necessidade de inserir os estudantes em contextos em que os usos sociais da leitura e escrita abrangem. E isso pode dificultar a interação ativa e crítica na sociedade, como também o avanço no desenvolvimento intelectual individual e coletivo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização no Brasil é enredo repleto de disputas. Compreender sua constituição a partir dos Períodos Históricos é fundamental para analisar as políticas de alfabetização que cada governo promove. É preciso uma visão crítica da história para não se perder nas propostas de alfabetização ditas como “novas” e, em relação a PNA, apenas o método fônico é eficaz e gera resultados. É preciso analisar as políticas públicas para a alfabetização, pois não é algo consciente recebê-la como uma verdade absoluta, são necessários alguns questionamentos. Aceitar não é compreender.

A alfabetização é um caminho mais amplo do que a PNA revela. Promover a alfabetização com qualidade é dever do Estado. Contudo, as práticas dos períodos anteriores, como o colonial, não estão distantes das atuais. Nesse contexto, a alfabetização é importante apenas no discurso, na prática, o que acontece são descontinuidades de processos. Ocorrendo disputas metodológicas, onde as que se impõem revelam as faces dos métodos considerados tradicionais, resgatando práticas ultrapassadas. Cabendo apenas, aos docentes, a prática alienada dos métodos. Contudo, é preciso ir além das imposições metodológicas, considerar as metodologias que diversificam a aprendizagem, que englobam as múltiplas formas de aprendizagem, pois, a alfabetização é caminho que pode levar o estudante ao processo de compreensão crítica do contexto social ao qual inserido. E, ainda, permitir que seja alcançado, a partir das práticas de letramento, os devidos usos sociais da leitura e escrita.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-caderno-da-politica-nacional-de-alfabetizacao/CADERNO_PNA_FINAL.pdf/view. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC, SEALF, 1997.

COSTA, Júlio Resende; SANTOS, Sônia Maria dos. História do Brasil: uma compreensão antropológica, social, filosófica e política. **Entre a Cruz e a razão**: a influência católica na alfabetização – o vetor de formação da sociedade do Brasil-colônia. São Paulo: Científica Digital, 2021. Cap. 4. 1 ed. Disponível em: <https://www.editoracientifica.org/articles/code/210303757>. Acesso em: 03 mar. 2022.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.